

☞ por ações civis públicas contra os maiores infratores, em todos os biomas, escolhendo alvos específicos em vez de atuar de forma massiva. “Percebemos que, com o bloqueio de bens, conseguimos de fato paralisar a atividade ilegal de maneira mais efetiva”, diz Mariana Cirne, procuradora-chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente.

Há ao menos duas ações do tipo em andamento. A primeira mira o pecuarista Dirceu Kruger, acusado de desmate ilegal de cerca de 5,6 mil hectares de floresta, em uma área em Boca do Acre e Lábrea, no Amazonas, de 2003 a 2016. Segundo a estimativa contida na ação, a derrubada com uso de fogo emitiu 901,6 mil toneladas de carbono na atmosfera. A reportagem não conseguiu contato com a defesa dele.

A Justiça Federal do Amazonas condenou o pecuarista em novembro de 2023 a reparar o dano estimado em R\$ 292 milhões, e determinou bloqueio de seus bens nesse valor. O cálculo foi feito com base no custo social do carbono, índice estipulado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que precifica o impacto coletivo de cada tonelada adicional de gás carbônico despejada na atmosfera.

Outra ação em curso mira a reparação de sucessivas infrações ambientais que resultaram na perda de 7.075 hectares de vegetação na Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, uma das unidades de conservação mais desmatadas do País.

O nome do infrator não foi divulgado. A quantidade de emissões provocada pela degradação na área foi estimada em 1.139.075 toneladas de carbono e os custos da reparação ambiental fixados em R\$ 635 milhões. Foi a primeira ação por dano climático movida pelo ICMBio, sob representação da AGU.

ÚLTIMO PASSO. Agora, o desafio da AGU é garantir a implementação das decisões, trabalhando para que o dinheiro coletado “seja transformado em árvores”, como define a procuradora-chefe. “Não adianta só entrar na Justiça”, afirma Mariana. “A gente quer fechar o ciclo e implementar as medidas de restauração florestal.”

● JULIANA DOMINGOS DE LIMA, CINDY DAMASCENO, LUCAS THAYNAN, BRUNO PONCEANO E GLAUCO LARA

Triunfo

Empresa vai pagar para recuperar área no Xingu

Área de APA no Pará é alvo de grilagem e queimadas e recebe projeto pioneiro de concessão para restauração

O Estado do Pará lançou um novo modelo de concessão florestal para recuperar parte de uma área protegida convertida em pasto. A iniciativa será viabilizada pela venda de créditos de carbono e promete gerar emprego e renda para a população local. O projeto está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, unidade de conservação mais desmatada da Amazônia Legal, entre as cidades de Altamira e São Félix do Xingu. A devastação é por grilagem de terra, avanço da pecuária, extração de madeira ilegal e, mais recentemente, fogo.

Até 2024, a reserva estadual tinha perdido cerca de 48% de sua cobertura florestal original, segundo o monitoramento federal por satélites. A APA não é caso isolado: sede da Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-30) em novembro, o Pará foi o 2.º Estado que mais desmatou em 2024, apesar de redução de 15% em um ano, segundo o Mapbiomas.

A concessão de parte da reserva à iniciativa privada para reflorestamento, permitindo exploração de créditos de carbono e manejo sustentável das espécies, foi “uma resposta estratégica ao avanço da grilagem e do desmatamento ilegal na região”, diz a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará. A parcela destinada ao projeto ganhou o nome de Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu (URTX) e foi concedida em março à empresa Systemica, que atua na região desde 2022, à frente de outro projeto de conservação.

“Uma das características interessantes das soluções baseadas na natureza é ter um negócio multireceita (apoiado) não só no crédito de carbono, como também na exploração sustentável de produtos como castanha, cacau e madeira”, disse ao **Estado** Munir Soares, presidente e fundador da Systemica. O governo estadual afirma ainda que fortaleceu a gestão



Até 2024, reserva tinha perdido cerca de 48% da cobertura original

ambiental da APA, com fiscalização, regularização fundiária e elaboração do plano de manejo da unidade.

Com prazo de até 40 anos, o projeto prevê recuperar 10,2 mil hectares de floresta (10 mil campos de futebol). Estima-se que a restauração deve capturar 3,7 milhões de toneladas de carbono, o que permite a venda de créditos. Eles garantem a rentabilidade para os investidores e a remuneração do poder público, que recebe R\$ 150 mil na assinatura do contrato e pagamento variável de 6% da receita operacional bruta anual da concessão.

O investimento privado foi estimado em R\$ 258 milhões ao longo da concessão, e a expectativa de receita foi projetada em R\$ 869 milhões. “A gente identifica a oportunidade, estuda, estrutura e toma risco junto com investidores, vai até a comercialização do crédito carbono ou de um produto”, explica o presidente da Systemica.

Criada em 2006 entre o sul e o sudoeste do Pará, na região da Terra do Meio, a APA Triunfo do Xingu é uma das maiores do País, com cerca de 1,6 milhão de hectares. Fica em um dos corredores ecológicos mais importantes da Amazônia, um mosaico de unidades de conservação e terras indígenas, que vêm sofrendo grande pressão do desmatamento e outros tipos de atividade ilegal ao longo das décadas. São Félix do Xingu – que tem 66% da área da APA – foi o epicentro das queimadas em 2024,

além de ser o município com maior rebanho bovino do País.

Já Altamira, onde fica a unidade de recuperação, esteve entre os que registraram maior desmate até 2022, e também um dos municípios mais afetados pelo fogo em 2024. “A APA reflete fortemente o uso pecuário do território”, diz a analista de geoprocessamento no Instituto Socioambiental Thaise Rodrigues, que atua na identificação de pressões e ameaças na Bacia do Xingu.

A área concedida foi grilada e desmatada ilegalmente de 2017 a 2022, e depois reintegrada pelo poder público na Justiça. Conforme a Secretaria de Meio Ambiente do Pará, a escolha do território como “pilo-

Como foi o processo
A concessão à empresa Systemica, que age na região desde 2022 em outra linha de conservação, foi em março

to” foi baseada em critérios técnicos: alto grau de degradação, riscos de continuidade da perda florestal, viabilidade de restauração e importância ecológica da reserva.

A pasta afirma que fez o projeto com ampla participação: audiências públicas nos dois municípios em agosto de 2024, que tiveram participação de líderes comunitários, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e produtores rurais. Segundo o governo estadual, duas novas concessões estão em estruturação, com

previsão de alcançar 30 mil hectares restaurados.

QUANDO COMEÇA O PLANTIO.

Após a assinatura do contrato, que deve ocorrer até o fim de junho, a concessionária tem prazo de 12 meses para apresentar um plano de restauração ao órgão responsável, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Idefor-Bio). O documento vai detalhar as técnicas e espécies utilizadas e precisa ser aprovado pelo poder concedente para que os investimentos comecem. Segundo a Systemica, o plano vai combinar restauração passiva (em áreas onde a mata já está regenerando, usando técnicas para ajudar a natureza) e plantio direto, inclusive com uso de drone para enriquecimento do solo e dispersão de sementes. A infraestrutura necessária para o projeto será construída no ano que vem e a capacitação e contratação de mão de obra local para atuar nas cadeias produtivas florestais sustentáveis e dar início ao plantio será em 2027.

O projeto promete criar até 2 mil empregos e, segundo o governo do Pará, a empresa “deverá cumprir condicionantes sociais obrigatórias e manter diálogo permanente com as comunidades do entorno”. A política de restauração por concessão também prevê participação da população local na receita gerada pela venda de créditos de carbono e serviços ambientais. Conforme a empresa, parte do dinheiro vai para um fundo destinado a investir em ações desenvolvidas junto com a comunidade.

“O projeto está dentro de uma área pública que tem pequenos e grandes produtores rurais, populações tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas ao redor. A gente espera na medida do possível trabalhar com essas comunidades, construindo com elas uma nova trajetória nesse território”, diz Munir Soares, da Systemica.

ELOGIO. O modelo de concessão florestal surgiu no País com a lei de gestão de florestas públicas, em 2006. Uma alteração na lei em 2023, porém, passou a permitir a concessão de áreas degradadas para a restauração florestal. “Abriu a possibilidade de se instalar projetos de carbono em áreas de concessões florestais”, diz Leonardo Sobral, diretor florestal no Imaflo. “Isso abre oportunidade de tanto para conservação como para restauração florestal.”

● JULIANA DOMINGOS DE LIMA